



GT 002. A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF) - Coordenador/a, Beatriz Caiuby Labate (California Institute of Integral Studies in EUA - Programa de Psicologia Leste-Oeste do CIIS) - Coordenador/a, Andres Leonardo Gongora Sierra (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA) - Debatedor/a, Camila de Pieri Benedito (Doutoranda) - Debatedor/a, Rogerio Lopes Azize (UERJ) - Debatedor

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca do uso de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os formas de consumo, seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como "drogas". Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nesse sentido, o ponto de partida é problematizar o paradigma médico-legal em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia "efeitos farmacológicos" versus "aspectos culturais", promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de "droga", "plantas" e "remédios"; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde e comunidades terapêuticas. 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

Inquéritos policiais federais sobre apreensões de ayahuasca: as ambivalências da legislação e da tradição

Autoria: Fabiana Lima dos Santos

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de criminalização da ayahuasca e a falta de proporcionalidade nas políticas públicas sobre drogas acerca do uso tradicional desta bebida, cuja substância psicoativa é proscrita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A metodologia utilizada foi a etnografia de documentos. Para isso, foram analisadas essas políticas públicas, em especial sob o aspecto dos usos tradicionais da ayahuasca; também foi levantada breve historiografia do processo proibicionista de seu uso no Brasil; e, conjuntamente, foi analisado o andamento processual de oito inquéritos policiais de apreensões de ayahuasca no Acre, elaborados pelo Departamento da Polícia Federal, entre os anos de 2010 e 2015, a fim de analisar a forma como são construídos os discursos das políticas públicas sobre drogas, e suas respectivas instituições diante dos usos tradicionais da ayahuasca. Por fim, ressalto que não coube a este estudo antropológico fazer uma avaliação dos seus resultados e eficácia dessas políticas públicas, mas sim, observar as dimensões simbólicas e performáticas do Estado dentro delas.



Realização:



Apoio:



Organização:

